

Carta Aberta ao Papa Francisco

A Humanidade Depende de Terra, Água, Teto e Trabalho

Ao

Santíssimo Papa Francisco

A Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), juntamente com outras entidades sindicais internacionais, considerando a relevância de Vossa liderança e a importância da Igreja Católica no mundo, apresentam-lhe um breve relato da vida rural, da produção e da qualidade de vida de seus habitantes. O Brasil precisa de Vossa ajuda e da voz da Igreja.

O modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil, maior produtor bovino, de galináceos e de grãos do mundo, que prioriza o agronegócio para exportação, e conseqüentemente, é excludente, concentrador de terra, bens e renda, tem sido intensificado no atual governo ilegítimo do presidente Michel Temer ao buscar impor um modelo de terror e violência contra os povos do campo, da floresta e das águas, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, a classe trabalhadora e, sobretudo, os mais pobres, bem como pela redução considerável do orçamento das políticas públicas para esses segmentos pelos próximos 20 anos visando garantir a remuneração do capital e transferência do patrimônio público para o setor privado.

A tomada do poder pelo governo do golpe vem impondo a agenda do capitalismo atual que significa promover retrocessos em conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira, fruto das lutas sociais ao longo desses anos. A sua estreita aliança com as forças conservadoras do poder legislativo, do judiciário, a bancada ruralista e com setores da mídia vem, a cada dia, retirando os direitos da classe trabalhadora e promovendo o desmonte das estruturas do Estado que estavam a serviço do povo, com as reformas ultraliberais e a entrega dos bens comuns ao mercado internacional, colocando em risco a vida das populações.

Entre as medidas mais danosas estão aquelas que visam entregar as terras, as águas e o patrimônio público ao capital nacional e estrangeiro principalmente. Requer uma atenção especial a forma como as empresas nacionais e internacionais exploram a mineração, seja em terras, nas florestas e, principalmente, nas águas. A mineração no Brasil é tão predadora quanto o agronegócio. Ao expulsar as pessoas das terras, das águas e das florestas, aumenta a condição de pessoas vivendo em condições precárias nas cidades, destruição da fauna e flora, o subemprego, a violência e a fome – esta um tema que havíamos vencido e agora volta a assustar o povo brasileiro chamando atenção até dos organismos internacionais.

Os crimes de Estado, praticados por agentes de segurança pertencentes aos quadros das polícias militares e civis e, sua conseqüente impunidade – agora legalizada pelo Governo Temer –, a criminalização dos movimentos sociais e as permanentes violações de direitos fundamentais são exemplos vivos desta cumplicidade. Esse cenário tem dado uma espécie de “licença para matar” onde a bancada ruralista e os setores mais conservadores do empresariado urbano impõem uma onda de perseguições, prisões e assassinatos de ataque aos direitos por meio da violência e da edição de medidas danosas ao povo brasileiro pelo governo ilegítimo, a exemplo da utilização da CPI da FUNAI e do INCRA para criminalizar as vítimas, os defensores de direitos humanos e os Movimentos Sociais e Sindical, inclusive indiciando também membros do clero por defender e estar na luta do campo e de toda a classe trabalhadora, e da portaria nº 1.129 de 13 de outubro de 2017 (Ministério do Trabalho) a qual altera as definições do que é trabalho escravo e impede o exercício do Estado na

fiscalização e punição. Nas áreas urbanas explodem os dados de violência contra as mulheres, jovens, negros e os mais pobres e se intensificam as lutas principalmente por moradia e trabalho.

A expansão da fronteira agrícola no Brasil, notadamente na Amazônia e no Cerrado, para onde se deslocam com mais vigor as estratégias empresariais de commoditização da agricultura e de mercantilização dos bens comuns (terra, água e subsolo), está vinculada a um modelo de acumulação do capital que privilegia a implantação de megaprojetos agropecuários baseados na dependência de benesses estatais, no uso intensivo de veneno, na precarização do trabalho e em mecanismos violentos de expropriação de terras e territórios, provocando graves conflitos sociais e ambientais. Em 2016 foram registrados 1.536 conflitos por terra e 172 por água envolvendo quase um milhão de pessoas conforme dados reunidos em estudos da Comissão Pastoral da Terra e da ONG Global Witness divulgados este ano. Os dados sobre violações de direitos humanos, assassinatos, prisões e destruição de moradias e lavouras estão aumentando consideravelmente.

Outro ponto a destacar é que esse cenário tende a reduzir o acesso à água como bem público e ampliar a concentração de terras, retroalimentada há mais de cinco séculos onde apenas 2% dos detentores de imóveis rurais acumulam 47% das terras registradas no país, enquanto 91% dos imóveis rurais vinculados à agricultura familiar detêm apenas 29% da área total.

Preocupa-nos imensamente que o quadro apresentado se aprofunde ainda mais, diante de tantos retrocessos sociais patrocinados pelo neoliberalismo, os quais tendem a acentuar a pressão sobre os bens comuns e o conjunto da classe trabalhadora, sob a pretensão de mercantilizar todas as esferas da vida. O resultado da agenda do capitalismo atual no Brasil já é sentido amargamente pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos.

Seguiremos firmes na luta por terra, água, teto e trabalho. Pela dignidade da pessoa humana e pelo cuidado com os bens da natureza, o que igualmente nos leva à "(...) convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde" (*Laudato Si*, n. 89).

No passado respondemos a uma convocação que dizia: "Vós todos que ouvistes o apelo dos povos na aflição, vós que vos empenhais em responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não consiste na riqueza egoísta e amada por si mesma, mas na economia ao serviço do homem, no pão cotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e sinal da Providência" (*Populorum Progressio*, n. 86).

Nossas entidades sindicais e populares colocam-se à disposição de Vossa Santidade para, juntos, somarmos esforços pela preservação da Natureza, pela garantia de alimentos para todos e todas, em condições dignas de teto e trabalho, e políticas públicas e de formação de cidadãos com plena capacidade de exercer a Democracia e a Liberdade.

São Paulo/Brasil, 23 de Novembro de 2017.

A blue ink signature of Vagner Freitas, consisting of a stylized, overlapping 'V' and 'F'.

Vagner Freitas
Presidente da CUT

A blue ink signature of Carmen Helena Ferreira Foro, written in a cursive style.

Carmen Helena Ferreira Foro
Vice-Presidenta da CUT

A blue ink signature of Aristides Veras dos Santos, written in a cursive style.

Aristides Veras dos Santos
Presidente da CONTAG